

O turismo sustentável como estratégia de preservação da paisagem cultural na região do Caparaó

Aline Vargas da Silveira



Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, [Bolsista Capes]. Vitória [Espírito Santo], Brasil. <vs_aline@hotmail.com>.

Andressa da Silveira Morelato



Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, [Bolsista Capes]. Vitória [Espírito Santo], Brasil. <andressamorelato@hotmail.com>.

CONPADRE'2010. Apresentado no 5º Seminário de Arquitetura Rural [Conpadre n.01/2010], Conferência Internacional sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional. Campinas e Jaguariúna [Brasil].

Resumo

Vislumbrando o turismo como uma das atividades econômicas que mais cresce no mercado mundial e reconhecendo a importância de se promover a preservação do patrimônio e da paisagem cultural, este trabalho tem por objetivo discutir a relevância do turismo como estratégia de preservação da região do Caparaó Capixaba. Assim, num primeiro momento será apresentada a região do Caparaó do Espírito Santo e seu patrimônio histórico, em seguida, será abordado o conceito de turismo sustentável, bem como sua relação com a preservação. Posteriormente, será mostrada a influência desta ferramenta no fomento da preservação do patrimônio histórico e da paisagem cultural. Espera-se criar um debate interessante tendo em vista que o turismo cultural, entre outros objetivos, serve para ampliar e diversificar o conhecimento do visitante, além de aumentar sua apreciação pela cultura local em todos os aspectos. Outra característica dessa atividade é sua possibilidade de gerar receitas para o sítio visitado, possibilitando sua manutenção. Porém, se o turismo não for bem planejado e tiver manutenção frequente, sua expansão pode se tornar predatória, exaurindo os atrativos, modificando paisagens e transformando-as em mercadoria de consumo. E nessa perspectiva que o turismo aparece como estratégia na preservação do patrimônio histórico.

Palavras-chave

Turismo sustentável, patrimônio cultural, preservação.

Sustainable tourism as a strategy for the preservation of the cultural landscape in Caparaó's region

Abstract

Gleaming tourism as one of the fastest growing economic activities in the world market and recognizing the importance of promoting the preservation of heritage and cultural landscape, this paper aims to discuss the importance of tourism as a strategy to preserve the region Caparao Capixaba. So at first be submitted to the region Caparao the Espírito Santo and its historical heritage, then we will address the concept of sustainable tourism, as well as its relationship to preservation. Later will be shown the influence of this tool in fostering the preservation of historical and cultural landscape. Expected to create an interesting discussion with a view that cultural tourism, among other goals, serves to broaden and diversify the knowledge of the visitor, and increase their appreciation of local culture in all aspects. Another relevant feature is its ability to generate revenue for the site visit, allowing its maintenance. However, when Tourism is not well planned, its expansion can become predatory, depleting attractive, changing landscapes and turning them into consumer goods. Under this perspective Tourism can be a strategy for preservation of historical heritage.

Keywords

Sustainable tourism, cultural heritage, preservation.

Introdução

Este trabalho surgiu como desmembramento das pesquisas do projeto de graduação apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2009, para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo com o título de “Os ‘Casarões’ de Ibatiba: um encontro com a arquitetura rural capixaba”. Esta pesquisa ganhou continuidade com o ingresso no Programa de Pós-Graduação Artes desta mesma instituição, na linha de pesquisa em Patrimônio e Cultura, onde os conceitos norteadores do trabalho foram estendidos de arquitetura vernacular rural para o de paisagem cultural. Houve também uma ampliação da área de estudo, se estendendo para outros dois municípios da Região do Caparaó, o de Iúna e Irupi. Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir a importância do turismo enquanto agente fomentador na preservação do patrimônio cultural. Sabe-se que, atualmente, o turismo é uma das principais atividades econômicas geradoras de emprego e renda (MAGALHÃES, 2002), por isso, sua ação estratégica pode auxiliar no resgate da importância histórica, econômica e cultural. Contudo, a forma predatória utilizada pelo turismo ao se apropriar dos lugares, leva a uma discussão importante, que diz respeito à sua sustentabilidade ou mesmo da necessidade dele se tornar menos impactante, tanto para o ambiente natural quanto para o social (MAGALHÃES, 2002). Dessa maneira, para melhor compreensão desse tema, será apresentado o caminho que levou o turismo a incorporar o conceito de *sustentabilidade*. Isto posto, pretende-se conceituar os aspectos teóricos para, posteriormente, justificar a importância do turismo no auxílio da preservação e proteção do patrimônio da Região do Caparaó Capixaba.

O Caparaó capixaba

A região hoje conhecida como Caparaó Capixaba, está situada no sudoeste do estado do Espírito Santo. Fazem parte desta microrregião 11 municípios, que juntos possuem cerca de 170.000 habitantes e representam 5% da população de todo o estado (CAPARAÓ, 2006).

O desenvolvimento desta região, assim como o do estado do Espírito Santo ocorreu de forma tardia, somente no século XIX, já no período de decadência do ouro nas Minas Gerais, é que se inicia o desenvolvimento da região. Nesta época são construídas estradas ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, posteriormente, em meados deste século, se tem início a ocupação do solo feita principalmente por famílias de mineiros e fluminenses¹. Estes ocupam a região do antigo arraial conhecido como ‘Cachoeiras do Itapemirim’, núcleo que deu origem às demais cidades da região do Caparaó.

¹ “[...] Antônio Dias Paes Leme (presidente da província) assinalava em 1870: que os habitantes da zona de São Mateus participavam da índole e dos costumes do sul da Bahia – com o qual tinham intenso comércio – ao passo que os de Itapemirim eram quase todos de origem mineira ou fluminense” (BRUNO, 1967).

Nos fins do século XIX e início do século XX surgem as primeiras vilas na região: em Minas, Manhauçu e Carangola entre 1870 e 1888; e no Espírito Santo, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado, nos primeiros anos do regime republicano.

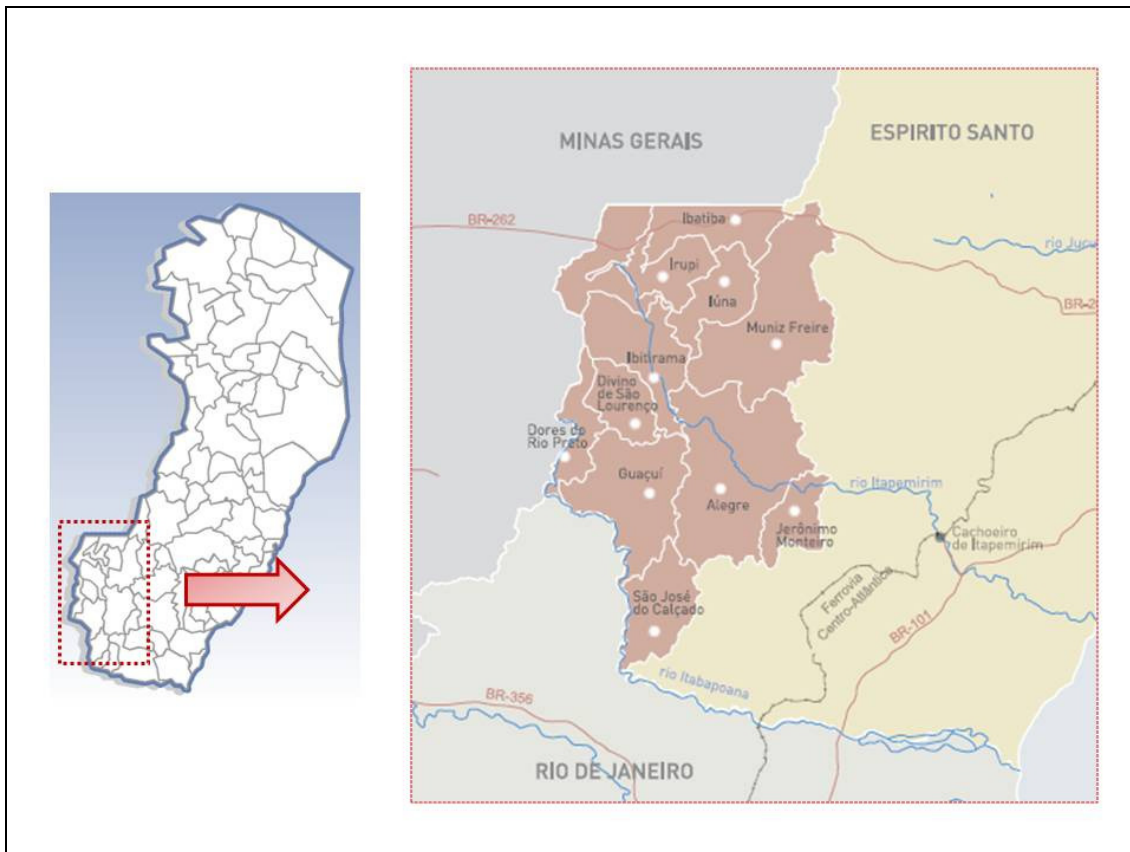


Figura 01. Mapa da Região do Caparaó Capixaba. Fonte: CAPARAÓ, 2006. Adaptado pelas autoras.

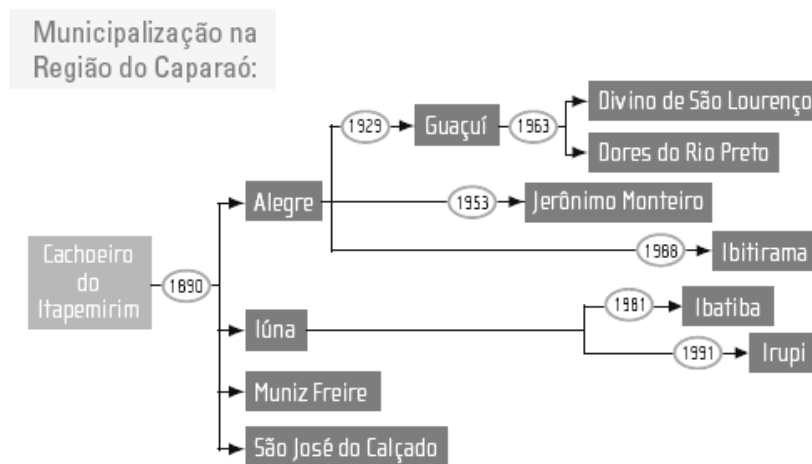


Figura 02. Municipalização na Região do Caparaó. Fonte: CAPARAÓ, 2006.

As primeiras famílias a se fixarem na região começaram a desenvolver a agricultura e apesar de cultivarem produtos como arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar, o café é que se torna o principal produto, de fato que até hoje, continua sendo a principal cultura da região.

No Espírito Santo o cultivo dos cafezais teve início nas primeiras décadas do século XIX. Bittencourt (1987) fala que independente da exatidão do período de introdução do café nas terras capixabas, pelos relatos citados por alguns autores e presidentes de Província, é certo que em 1811 já existia uma produção em pequena escala. No entanto, o desenvolvimento da cultura cafeeira só começa a crescer efetivamente, a partir da segunda metade do século XIX, com a implantação de colônias na região serrana, e com forte influência do estado do Rio de Janeiro na região sul.

Os cafezais aumentavam continuamente. Até São Mateus, zona produtora da farinha de mandioca, isolada no norte da província, chegou a contar 55 fazendas, produzindo cerca de 30.000 arrobas anuais de café. Mas era o sul que apresentava as melhores perspectivas aos cafezais. Para o vale do Itapemirim, Alegre e Veado (Guaçuí) é que se deslocava a nova frente do café mineiro e fluminense (TAUNAY, 1939 apud BITTENCOURT, 1987, p. 28).

A consolidação da cafeicultura capixaba como atividade econômica foi rápida, se transformando no principal agente de desenvolvimento da Província e gerando incentivos para a melhoria da infra-estrutura local. Surgem então as estradas de rodagem para escoar a produção de café capixaba e até mesmo de Minas Gerais, maior incentivo para a navegação regular a vapor, e a construção de ferrovias como a Leopoldina *Railway*, considerada como grande passo no setor de transporte terrestre (BITTENCOURT, 1987).



Figura 03. Cafezais. Município de Ibatiba. Fonte: SILVEIRA, 2009.

O desenvolvimento das cidades do Caparaó Capixaba só se efetiva a partir das construções das rodovias que passam a cortar a região, facilitando o escoamento da produção e possibilitando maior ligação com o leste de Minas Gerais e o norte do Rio de Janeiro, isto, já em meados do século XX.

Além da importante tradição ligada a cultura cafeeira, um dos grandes atrativos, e talvez o principal encontrado na área, é o Parque Nacional do Caparaó, fundado em 1961, é uma das principais reservas naturais do Brasil. Nele, se encontra o Pico da Bandeira, considerado o terceiro ponto mais alto do Brasil, sendo por muito tempo considerado o primeiro.



Figura 04. Portaria Capixaba do Parque Nacional do Caparaó. Fonte: TURISMO.



Figura 05. Vista do Parque Nacional do Caparaó. Fonte: GETURI.

O patrimônio local

De acordo com Froner (2010) o patrimônio cultural não é um conceito fácil de delimitar, posto que para a formação cultural de uma comunidade não estão apenas sedimentados as experiências, as expressões, as criações, construções e conhecimentos transmitidos pelos ancestrais, mas também a paisagem e a natureza que caracterizam a relação desse ambiente com a sociedade. O valor do lugar não deve ser visto apenas como existência, mas como compartilhamento de sentidos por meio da consciência humana. Portanto, sua competência é de difícil elaboração, considerando que quaisquer que sejam as palavras que utilizadas para tentar explicá-la, estas podem parecer sempre excludentes, transitórias ou insuficientes.

O estado do Espírito Santo possui uma grande diversidade cultural, marcada pela influência dos imigrantes e dos estados próximos como Minas Gerais e Rio de Janeiro. A região do Caparaó possui uma identidade cultural marcante, com manifestações culturais do patrimônio imaterial que se repetem como o Boi Pintadinho, a Dança da Fita, o Bate-Flechas e a Folia de Reis (CAPARAÓ, 2006).

Com relação ao patrimônio material verifica-se um grande número de edificações de valor histórico, como casarões, fazendas antigas e igrejas, mesmo assim a região não possui nenhum imóvel tombado.



Figura 06. Igreja Presbiteriana de São José do Calçado. Fonte: BROINHA, 2010.



Figura 07. Solar Miguel Simão, Alegre. Fonte: PMA, 2010.

Dentre estas edificações, merece destaque a arquitetura rural encontrada na região. São casas que foram construídas entre o final do século XIX e meados do século XX, e que refletem a importância que a cultura cafeeira teve para o desenvolvimento da região. Em algumas cidades, encontram-se sedes de fazendas mais elaboradas, com certo requinte e influência das residências do Vale do Paraíba, e em outras, casas menores de caráter vernáculo acentuado. Esta segunda tipologia, predominante, faz parte dos estudos iniciados no Projeto de Graduação citado na introdução e da dissertação que se encontra em andamento.



Figura 08. Fazenda Memória, São José do Calçado. Fonte: BROINHA, 2010.



Figura 09. Casarão no município de Irupi. Fonte: SILVEIRA, 2009.

Apesar destes atrativos culturais, é pelo patrimônio natural que a Região do Caparaó é mais conhecida. A diversidade ambiental e as belezas naturais são os seus maiores atrativos. A própria identidade cultural do território e de seus moradores está intimamente vinculada às paisagens da região, em especial àquelas preservadas nas unidades de conservação como o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça. A preservação destes atrativos torna-se vital tanto por questões ambientais quanto pelo aspecto histórico, econômico e de bem estar social. O desafio de conscientizar, capacitar e preservar são fatores essenciais para o desenvolvimento social e econômico possibilitado, sobretudo, pelo incremento do turismo sustentável na região (CAPARAO, 2006).



Figura 10. Cachoeira da Fumaça, Alegre. Fonte: PMA, 2010



Figura 11. Cachoeira da Tecotruta, Ibitirama. Fonte: PMI, 2010

O turismo sustentável

Na tentativa de elucidar da melhor forma possível o turismo sustentável, para então utilizá-lo aqui, a iniciativa foi buscar uma referência que viesse respaldar grande parte das questões relativas ao turismo. Assim, escolheu-se a bibliografia de Cláudia Freitas Magalhães, denominada “Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios”.

Este livro se tornou uma referência para profissionais de turismo, administradores públicos, dirigentes municipais, gestores de planejamento e de preservação do meio ambiente, profissionais de marketing, estudantes e a todos aqueles que, de algum modo, estão envolvidos em uma atividade econômica impulsionada pelo turismo, visto que seu raciocínio trabalha na intenção de fornecer instrumentos capazes da prática turística benéfica, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social de todos e para a preservação do meio ambiente, ou seja, as condições fundamentais para se alcançar uma melhor qualidade de vida dos municípios.

Assim, para compreender melhor o termo “turismo sustentável”, é necessário que antes se faça uma breve análise do que é o turismo.

O que é turismo?

De acordo com Magalhães (2002), pode-se afirmar que o turismo é um fenômeno espacial e social que propicia um fluxo de pessoas e múltiplas interações, podendo trazer resultados positivos e negativos a partir dos relacionamentos. É encarado como uma atividade econômica, e manifesta-se de acordo com os princípios do modo de produção em vigor. Nesse sentido, produz, organiza e consome os espaços, obedecendo a um modelo já consolidado. Está subordinado, de forma planejada ou espontânea, às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas.

Além disso é uma das atividades econômicas que mais crescem no Brasil e no Mundo. Dados recentes afirmam que o turismo pode ser considerado uma das mais importantes atividades econômicas do mundo, sendo responsável por 192,2 milhões de empregos, número que deverá aumentar para 251,9 milhões até o ano de 2010 (OMT, 2000). Os números indicam ainda que a atividade ultrapassou a indústria bélica, nos últimos anos do século XX, em volume de capital negociado, e que está próxima de atingir valores iguais ou superiores aos gerados pela indústria petrolífera (CRUZ *apud* MAGALHÃES, 2002).

Dentre os segmentos de interesse do mercado no ramo do turismo, existe o turismo de praia e mar, turismo de negócios, turismo rural, agroturismo, turismo cultural, turismo náutico, turismo esportivo, entre outros².

² Fonte: Plano de Desenvolvimento de Turismo do Espírito Santo 2025. Disponível em: <www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em: agosto, 2008.

No caso da região estudada, interessa-nos principalmente o turismo cultural, o turismo rural e o agroturismo. O turismo cultural³, por sua vez, aparece como uma forma de lazer educacional que, entre outros objetivos, serve para ampliar e diversificar o conhecimento do visitante, além de aumentar sua apreciação pela cultura local em todos os aspectos (históricos, artísticos, religiosos, etc.). Outra característica dessa atividade é sua possibilidade de gerar receitas para o próprio sítio visitado, possibilitando sua manutenção. Já o turismo rural/ agroturismo é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Caracteriza-se pela privatização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística do meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como as tradições locais, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural⁴.

Porém, se o turismo não for bem planejado e tiver manutenção regular, sua expansão pode se tornar predatória, exaurindo os próprios atrativos, modificando paisagens e transformando o patrimônio em mercadoria de consumo. Por isso, a ligação do turismo com a sustentabilidade tem sido motivo frequente de discussão e estudos.

Segundo Magalhães (2002), o conceito que serviu de ponto de partida para a formação da idéia de “turismo sustentável” foi o do “desenvolvimento sustentável”. Assim, é necessário, a princípio, entender o significado deste segundo, para compreender a teoria do primeiro.

Em seu livro, Magalhães (2002), conclui que é preciso entender os dois termos da palavra “desenvolvimento sustentável” para melhor compreensão do significado da expressão.

A palavra *desenvolvimento*, para muitos autores, está ligada ao crescimento econômico, enquanto em outras correntes de pensamento, além de vislumbrar uma sociedade mais justa, a palavra significa também uma transformação espacial, que, de acordo com Souza (*apud* MAGALHÃES, 2002),

[...] compreende um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço territoriais) propiciadoras de maiores felicidades individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (culturais, econômicas, políticas) e, também, dos espaços natural e social (MAGALHÃES, 2002) [Grifo nosso].

Já o termo *sustentabilidade*, é muito utilizado pelos biólogos, segundo Magalhães (2002) para indicar o ponto de equilíbrio dos ecossistemas. No dicionário Aurélio, o

³ Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Fonte: <<http://www.turismo.mg.gov.br>>. Acesso em: setembro, 2008.

⁴ Fonte: <<http://www.turismo.mg.gov.br>>. Acesso em: outubro, 2010.

termo significa manter, conservar. Rodriguez (*apud* MAGALHÃES, 2002) interpreta o termo como “sustentabilidade ambiental”, que pode ser definido como:

um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação sociedade-natureza. Implica na coexistência harmônica do homem com seu meio mediante o equilíbrio de sistemas. (MAGALHÃES, 2002) [Grifo nosso].

Ainda de acordo com Rodriguez (*apud* MAGALHÃES, 2002), a sustentabilidade ambiental deve abranger três categorias: *sustentabilidade do meio* (a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como a diversidade de recursos biológicos), *sustentabilidades social e cultural* (proporcionando o controle das pessoas sobre as suas vidas, sendo compatível com a cultura e os valores morais do povo e fortalecendo a identidade da comunidade) e a *sustentabilidade econômica* (assegurando o desenvolvimento econômico eficaz, em que os recursos são geridos de modo a suportar as gerações futuras).

Magalhães (2002) afirma ainda que o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” teve origem no conceito de *Ecodesenvolvimento*. Este foi usado pela primeira vez por volta de 1973, para caracterizar uma compreensão alternativa de desenvolvimento, sendo Ignacy Sachs⁵ um dos principais responsáveis pela formulação de seus princípios básicos. Entre esses princípios, destacam-se como importante os seguintes: a oposição aos modelos de crescimento imitativos, a importação de tecnologias inadequadas e a promoção de autônias das populações envolvidas de forma a superar a dependência cultural a referências externas. Segundo Sachs, *ecodesenvolvimento* é:

Um estilo de desenvolvimento em que cada região adota soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta dados ecológicos, da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas a longo prazo (MAGALHÃES, 2002) [Grifo nosso].

Assim, Magalhães (2002) afirma que as características que marcaram as propostas de Sachs foram incorporadas posteriormente a outros estudos que se traduziram na idéia do *desenvolvimento sustentável*. Em 1987, unem-se os dois termos e surge a nova expressão que foi definida pelo Relatório Brundtland⁶ da seguinte forma:

Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (BRUNDTLAND, 1991 *apud* MAGALHÃES, 2002) [Grifo nosso].

⁵ **Ignacy Sachs** (Varsóvia, 1927) é um economista polonês, naturalizado francês. Também é referido como “ecossocioeconomista” por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. O termo **ecossocioeconomia** foi cunhado por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos mais brilhantes inspiradores da ecologia política nos anos 1970. Ignacy Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. Suas idéias são hoje mais claramente compreendidas, no cenário das mudanças climáticas e da crise social e política mundial. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ignacy_Sachs>. Acesso em: outubro, 2008.

⁶ O Relatório Brundtland – elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland>. Acesso em: outubro, 2008.

De forma geral, o conceito demonstra a busca de uma estratégia para alcançar a harmonia entre os seres humanos, humanidade e a natureza.

Outra explicação para o termo *desenvolvimento sustentável* apresentada por Magalhães (2002) é de Herculano⁷, e diz que:

É o conjunto de medidas paliativas em prol de um capitalismo verde. Será um desenvolvimento sofrível, suportável, que resgatará, talvez, o dito Terceiro Mundo de uma miséria abjeta para níveis de sobrevivência, mas que não livra o ser humano da alienação diante de um sistema de produção formidável. Pode ser um primeiro passo a escapular de um protocapitalismo selvagem, insuportável, insustentável, em direção ao suportável e sofrível. Transformar o sofrível em bom foge ao escopo da economia (HERCULANO, 1992 apud MAGALHÃES, 2002).

Esta visão de Herculano aparece como uma crítica ao que havia surgido até então. Segundo os ambientalistas, a proposta de desenvolvimento sustentável foi reinterpretada e invertida, como uma defesa estratégica da expansão do mercado e do lucro, uma forma de mascarar as investidas capitalistas em busca de novos mercados e como modo de induzir o usuário às práticas ditas sustentáveis, levando-o a consumir o produto como se estivesse contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Assim, Magalhães (2002) afirma que mascarando práticas ambientalmente incorretas e aproveitando-se da diversidade ecológica e cultural de muitos locais que a atividade turística vem utilizando o conceito de sustentabilidade. Entretanto, com o passar dos anos e com as constantes discussões, vislumbra-se agora uma tendência de mudança na atitude a médio e longo prazo, pois reverter esse comportamento é condição para a manutenção e reprodução da atividade turística.

A autora afirma ainda que para se implementar o desenvolvimento sustentável é necessário incorporar, no centro das preocupações, a busca do equilíbrio qualitativo, o que, por sua vez,

[...] implica na modificação do próprio sistema capitalista e no fato de que esse tipo de desenvolvimento só se dará na realidade se o capitalismo dele necessitar (MAGALHÃES, 2002).

Da mesma forma, ela dirige essas críticas também ao turismo sustentável, pois as virtudes de seus efeitos multiplicadores, que se referem à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa de renda, à dinamização da economia local e à conservação do meio (natural ou construído), não podem ser empreendidas sem uma mudança de atitude por parte dos governos, da iniciativa privada e da população (MAGALHÃES, 2002).

Assim, após apresentar todo o percurso que deu origem ao termo *turismo sustentável*, Magalhães (2002) conclui que o turismo sustentável é aquele implementado respeitando os princípios básicos do desenvolvimento e que compatibiliza os interesses econômicos com o respeito à natureza e também às

⁷ HERCULANO, S. C., Como passar do insuportável ao sofrível. In: **Revista Tempo e Presença**. Rio de Janeiro: jan./fev., 1992, p.11-14.

comunidades envolvidas. Ou seja, é uma atividade economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente correta e culturalmente valorizada.

Para que ocorra de fato o desenvolvimento sustentável do turismo em um determinado local, é necessário saber utilizar da melhor forma possível os recursos ambientais do destino, respeitar a autenticidade sociocultural da comunidade local, certificar a viabilidade econômica de uma operação de longo prazo, promover a participação consciente de todos os atores relevantes ao processo e manter o alto nível de satisfação do turista, garantindo uma experiência significativa, promovendo medidas de conscientização sobre a sustentabilidade e também práticas sustentáveis entre os turistas⁸.

Qualquer local que reconhece a importância dessas medidas e busca alinhar-se a elas tem a possibilidade de obter melhor utilização de seus recursos naturais e culturais, bem como melhoria da qualidade de vida da população e uma parceria saudável entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade.

É importante ressaltar, contudo, que o turismo sustentável é um processo contínuo que requer monitoramento constante de seus impactos sobre os locais de destino⁹, e deve tratar o local para qual ele é destinado, como sua matéria-prima. Assim, a preservação do local torna-se imprescindível para que o turismo possa se desenvolver, a longo prazo, como instrumento de desenvolvimento econômico.

Como o turismo sustentável pode auxiliar na preservação do patrimônio cultural?

Os últimos 20 anos marcam um período bastante significativo no que se refere à apropriação do patrimônio como fator de atratividade turística nas cidades brasileiras (MARINS, acesso em outubro/2008). Nesse sentido o turismo (em todas as suas modalidades) vem sendo utilizado por muitos municípios na busca do desenvolvimento local. Contudo, sabe-se que o turismo não pode ser encarado como único meio de desenvolvimento dessas regiões, mas, pode ser um grande aliado para o poder público local.

O turismo, nesse contexto, pode se constituir em ponte para o diálogo entre culturas, importante meio para o intercâmbio e o conhecimento, além de se constituir em atividade econômica, geradora de dinâmicas locais que, porém, é susceptível de promover impactos nem sempre desejáveis. No caso do patrimônio cultural, esta preocupação ganha contornos ainda mais definidos, quando em nome de sua proteção, o acesso a esse patrimônio é restringido e, às vezes, até impossibilitado (BRITO, 2008). E é por esse fator, dentre os outros já mencionados, que o turismo deve se aliar à sustentabilidade no que tange ao patrimônio cultural.

O ponto de partida na construção dessa relação turismo-sustentabilidade-patrimônio está em compreender a natureza da atividade que se pretende desenvolver, o tipo

⁸ Fonte: <<http://www.sustentabilidade.org.br>>. Acesso em: agosto, 2008.

⁹ Idem.

de atrativo que se deseja promover e a base territorial onde se objetiva programar essa atividade. Isto se deve ao fato de que não se trata de desenvolver um turismo qualquer, mas um turismo qualificado, sustentável, responsável. Neste sentido, o turismo pode colaborar para realçar a diversidade cultural em contraposição aos processos de homogeneização derivados do mundo globalizado contemporâneo, visto que essa atividade turística se realiza em função do diferente, do exótico, do curioso, e por isso, pode se constituir em um instrumento a valorização da diversidade cultural e o intercâmbio entre culturas. Pode, ainda, constituir-se em um instrumento para o desenvolvimento pessoal e coletivo e, além de gerar oportunidades para a difusão do patrimônio cultural, proporcionando mudanças de atitude tanto da população local como de visitantes em relação a esse patrimônio (BRITO, 2008).

Assim, a partir do momento em que o turismo sustentável é observado como uma atividade que tem no próprio destino sua razão de acontecer, e que a preservação e manutenção desse destino são indispensáveis para o desenvolvimento turístico, ele se torna um instrumento importantíssimo na salvaguarda do patrimônio e do ambiente natural. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que busca explorar o destino, busca preservar também, pois a degradação do local representa o fim do atrativo gerador do fluxo turístico.

Nesse contexto, o turismo sustentável torna-se um aliado da preservação do patrimônio histórico formador da paisagem cultural e do ambiente natural, pois, o sucesso da atividade no desenvolvimento local, depende do estado de conservação deste local e de sua potencialidade turística sobre os visitantes.

No entanto, para que se torne um instrumento eficaz ao propósito ao qual se habilita, o turismo como atividade econômica ligada à preservação do patrimônio histórico e do ambiente natural, precisa vencer alguns desafios.

O primeiro deles é segundo Álvares (2007), a necessidade de se incorporar a gestão do patrimônio ao poder local, uma vez que, os municípios vêem o patrimônio como de âmbito do poder estadual e federal, necessitando a liberação de recursos. Assim, constando no orçamento municipal, não seria necessária a liberação de verbas e o município teria mais autonomia sobre a gestão de seu patrimônio. Trata-se, segundo Brito (2008), de encontrar e definir um planejamento turístico adequado, com “um modelo e intensidade de uso que não altere os valores intrínsecos dos recursos culturais em longo prazo”.

Um segundo desafio é a requalificação do patrimônio transformando-o em atração turística. Não basta apenas possuir um acervo de interesse arquitetônico, urbanístico e paisagístico. É preciso realizar uma requalificação constante deste para manter o interesse dos visitantes pelo lugar.

Contudo, essa “requalificação”, se não for bem elaborada, traz o risco de tornar a paisagem cultural um ambiente cenarizado, como vem acontecendo com vários sítios históricos. Segundo Álvares (2007), no processo de recriar espaços para o

marketing urbano, muitas cidades acabam por criar verdadeiros “não-lugares”¹⁰, que tem pouco ou nada a ver com as culturas locais. Assim, tornam-se espetáculos criados para o turismo, desestruturantes da identidade local. Dessa maneira, a mercadoria espetacularizada e cenarizada para o turista, causa no morador local um sentimento de estranheza e passividade, devido às mudanças realizadas na cidade para oferecê-la como produto.

Nesse sentido, é fundamental a consideração da paisagem cultural como fator recriador da instância coletiva, ou seja, o valor cultural que um bem possui de estimular a memória, fazer lembrar, tocar a emoção, garantindo a formação e reafirmação da identidade cultural de um povo e a melhoria de sua qualidade de vida. A população local deve encontrar na cidade, no patrimônio, na paisagem, o seu lugar (ÁLVARES, 2007).

Esse problema leva a um outro desafio, que é conciliar a preservação e interesses econômicos, sociais e políticos. É preciso haver integração entre sociedade civil organizada, poder público local e iniciativa privada na preservação da paisagem e na exploração dela sob a ótica do turismo. A população local não pode ser apenas uma espectadora desse processo e sim, atuar com potencial nas decisões. Além disso, Álvares (2007) afirma que deve se ter como meta um turismo que vise a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a partir de investimentos em transportes, educação, saneamento básico e na capacitação da sociedade, na mesma proporção em que se investe na atividade.

O processo de desenvolvimento através do turismo deve ter um caráter educativo, formador de consciência crítica e valorizador das identidades locais, contando com a participação das comunidades desde a sua concepção até a sua fiscalização. A educação patrimonial deve ter papel prioritário na aproximação entre o cidadão, o visitante e o patrimônio.

Um último desafio é a sustentabilidade da atividade turística. Esta deve, além de envolver a população local, vislumbrar o bem estar do meio ambiente, preservar a paisagem, bem como prever a existência do patrimônio a longo prazo. A atividade turística em lugares de interesse histórico e cultural, não pode exaurir os bens locais, o meio ambiente e nem acarretar crises econômicas. Portanto, deve ser economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente correta e culturalmente valorizada.

Dessa forma, vencendo todos esses desafios e assessorada por outras atividades, a implementação do turismo em locais de paisagem cultural reconhecida como de interesse de preservação, pode ser sim um instrumento saudável para auxiliar o desenvolvimento do local envolvido.

Os circuitos turísticos e o desenvolvimento regional: Itatiba e os caminhos dos tropeiros

¹⁰ Um espaço que não se pode definir como identitário, relacional e histórico (MENESES, 2002 apud ALVARES, 2007, p. 6)

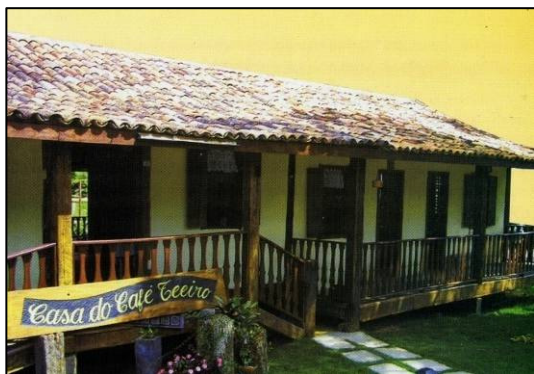


Figura 13. Cafeteria Casa do Café Teeiro. Fonte: GETURI.



Figura 14. Restaurante Recanto da Vovó Rosinha. Fonte: GETURI.

Outra modalidade turística promovida pela associação, são as caminhadas pela zona rural do município. Normalmente são realizadas duas caminhadas principais por ano, uma, conhecida como 'Caminhada Ecológica' variando o circuito a ser percorrido, e a outra, denominada 'Caminhada dos Tropeiros', esta, pode ser considerada a principal, percorrendo o antigo caminho feito pelos tropeiros da cidade.



Figura 15. Caminhada dos Tropeiros, 2010.



Figura 16. Caminhada dos Tropeiros, 2010. Carros de Boi.

O trecho percorrido nesta caminhada pode ser considerado como uma viagem na história do município, pois compreende os caminhos percorridos pelos desbravadores locais. Nele, podem ser encontrados os antigos casarões, exemplares da típica arquitetura rural da região, promovendo uma ligação entre o presente e o passado.

Este caso pode ser considerado um bom exemplo de como o turismo sustentável pode ser uma agente de desenvolvimento local. De acordo com o Relatório de Gestão apresentado pela GETURI em 2010, além da divulgação da cidade no estado e na região sudeste, outros projetos que podem ajudar no desenvolvimento local foram conseguidos como o projeto de paisagismo da área urbana, com o apoio do SEBRAE; o Portal do Circuito Turístico Caminho dos Tropeiros entre outros.



Figura 17. Fazenda Santa Bárbara. Café secando no terreiro lateral. Fonte: SILVEIRA, 2009.



Figura 18. Casarão do Sr. Hélio Gringa. Fonte: SILVEIRA, 2009.

Mas, o que pode ser considerado como ponto principal, foi o aumento e complementação da renda das propriedades que integram o circuito, que além da agricultura, agora podem contar também com a renda vinda da atividade turística. Este fato pode ser considerado como um grande avanço, considerando que possibilita a fixação do homem na terra.

Conclusão

Diante do exposto, pode-se afirmar que a relação entre turismo, sustentabilidade e patrimônio cultural, gera uma extensa discussão em meios acadêmicos e profissionais, cada qual buscando soluções na perspectiva da proteção e preservação.

Contudo, para efeito deste estudo, relacionar práticas sustentáveis de turismo e patrimônio, seja ele material, imaterial, construído ou natural, possibilita e sugere a proteção do patrimônio histórico, visto que este é um importante representante da identidade e da memória de determinadas populações.

O turismo, nesse sentido, é uma ferramenta de grande importância, visto que sua capacidade transformadora é muito potente e que, por isso, deve ser consciente das possibilidades que gera e dos limites que comporta.

O desafio então é garantir a sustentabilidade da atividade turística para, dessa maneira, garantir também a preservação da paisagem e do patrimônio, com o objetivo de assegurar sua existência para as gerações futuras e, por consequência, a manutenção da história e da memória daquele lugar.

Referências

ALVARES, Lucia Capanema; LAGE, Selena Duarte L.; BESSA, Altamiro Sergio Mol; PIRES, Fabiana Mendonça. Patrimônio e Planejamento para o desenvolvimento local: o caso de São João Del Rei. In: Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3.: 2008: Salvador [BA].

Arquimemória 3 – **Anais do III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado**, Salvador [BA], jun., 2008.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro [RJ]: Liv. Ed. Catedra, 1987. 139p.

BRITO, Pedro. Certificação de destinos turísticos de dominante patrimonial: uma estratégia para o estabelecimento de um diálogo entre patrimônio cultural e turismo em cidades históricas. In: Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3.: 2008: Salvador [BA]. Arquimemória 3 – **Anais do III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado**, Salvador [BA], jun., 2008.

BROINHA. Disponível em: <http://www.broinha.com.br/Imagens/fotos/cenas_cidade>. Acesso em: 28 out., 2010.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil**: geral e regional 4: Rio e Minas. São Paulo [SP]: Cultrix, 1966-1967. 7v.

CAPARAÓ VALE MAIS: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Vitória [ES]: Governo do Estado do Espírito Santo; Fundação Vale do Rio Doce, 2006.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Patrimônio Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte [MG]: Editora UFMG; leds, 2009.

GETURI. Associação Gestora de Turismo Rural de Ibatiba.

GETURI. Associação Gestora de Turismo Rural de Ibatiba. **Relatório de Gestão**, 2010.

HERCULANO, S. C. Como passar do insuportável ao sofrível. In: **Revista Tempo e Presença**, Rio de Janeiro [RJ]: jan./fev., 1992.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo [SP]: Roca, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Requalificação de Áreas Urbanas no Brasil: caminhos para um balanço crítico em relação às práticas de turismo e lazer. In: **Revista Eletrônica Patrimônio: lazer e turismo**.

PIN, José Valdemar; CARNIELLI, Leandro. SEBRAE/ES. **Agroturismo**: impactos do turismo no espaço rural no Espírito Santo. Vitória [ES]: SEBRAE/ES, 2007.

PMA. Prefeitura Municipal de Alegre. Disponível em: <http://www.alegre.es.gov.br/index.php?option=com_phocagallery&view=category&id=34:solar-miguel-simao&Itemid=107>. Acesso em: 28 out., 2010.

PMI. Prefeitura Municipal de Ibitirama. Disponível em: <<http://www.ibitirama.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 28 out., 2010.

SILVEIRA, Aline Vargas. **Os ‘Casarões’ de Ibatiba: um encontro com a arquitetura rural capixaba**. Projeto de Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória [ES], 2009.

TURISMO. Disponível em: <http://turismo.ig.com.br/noticia/2008/06/26/cidades_da_rota_do_caparao_1393289.html>. Acesso em: 28 out., 2010.